

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do
Sindicato dos Urbanitários
13/12/2016



Especialistas criticam reforma da previdência

O Governo Federal anunciou oficialmente na última terça-feira as propostas para a reforma da Previdência Social. Da forma como foi apresentada, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Previdência, segundo os especialistas, deixa uma certeza: o trabalhador brasileiro e os segurados mais pobres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dificilmente conseguirão se aposentar.

Entre as principais medidas estão a fixação da idade mínima em 65 anos para trabalhadores e segurados da iniciativa privada, rurais, políticos e servidores públicos, além de um tempo mínimo de contribuição de 25 anos e as regras de transição que serão válidas para homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos.

Outro ponto polêmico é o aumento de idade mínima do BPC (Benefício de Prestação Continuada) para idosos e deficientes, que atualmente é de 65 anos e será de 70 anos.

“Importante destacar que os mais pobres, na maioria, vivem em regiões em que a expectativa de vida não chega a 65 anos. As propostas refletem um enorme retrocesso social e em perdas significativas de direitos dos trabalhadores e dos segurados do INSS. Além disso, deixam claro que a reforma será amarga e prejudicará todos que vão se aposentar no futuro”, afirma o advogado de Direito Previdenciário, João Badari, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

Fonte: Jornal A Tribuna– 12/12/2016

Pobre “morrerá trabalhando”

O professor e doutor em direito pela USP, Gustavo Felipe Barbosa Garcia, ressalta que outra medida dura da nova proposta está relacionada ao valor do benefício. Pela proposta, o valor da aposentadoria corresponderá a 51% da média das remunerações utilizadas como base do segurado, acrescidos de um ponto percentual para cada ano de contribuição considerado na concessão da aposentadoria, até o limite de 100% respeitado o limite máximo do salário de contribuição do regime geral de Previdência Social. Dessa forma, será necessário contribuir por 49 anos para alcançar os 100%.

Segundo os especialistas, expectativa de vida nas periferias e nas áreas rurais, principalmente, fica entre 55 ou 60 anos de idade. Ou seja, estas pessoas vão contribuir uma vida inteira sem receber qualquer benefício. “Frise-se que essa idade mínima de 65 anos, que já é bastante elevada, certamente vai aumentar mais ainda com o passar do tempo, conforme aumente a expectativa de sobrevivência do brasileiro”, reforça Garcia.

O professor frisa que, no Brasil, é comum as pessoas começarem a trabalhar ainda jovens. “Por exemplo, alguém que começar a trabalhar e contribuir com 16 anos terá de trabalhar cerca de 50 anos para conseguir se aposentar. Entretanto, tendo iniciado a atividade profissional tão cedo, terá forças físicas e psicológicas para trabalhar por tanto tempo? Na prática, muitas pessoas certamente terão de “morrer trabalhando”, afirma.

O professor de Direito Previdenciário Adriano Mauss acredita que o texto da reforma foi projetado com um olhar voltado apenas para as questões e aspectos econômico.

Fonte: Jornal A Tribuna– 12/12/2016

Banco do Brasil calcula despesas de R\$ 1,4 bilhão com aposentadorias

O Banco do Brasil informou em comunicado ontem que as despesas não recorrentes com o pagamento de incentivos do Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada devem totalizar R\$ 1,4 bilhão neste ano. De acordo com o banco, o plano, encerrado em 9 de dezembro, teve a adesão de 9.409 funcionários, o que significará uma redução nos gastos de pessoal da ordem de R\$ 2,3 bilhões em 2017.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/12/2016



Confira as últimas notícias do Sintius no site:
<http://www.sintius.org.br>

Governo deve anunciar novas medidas neste ano

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem, durante almoço anual da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), na capital paulista, que o governo está terminando de estruturar novas medidas econômicas a serem anunciadas ainda este ano, mas não deu detalhes. “Estamos trabalhando intensamente em uma análise de medidas que possam ser tomadas depois da aprovação da [Proposta de] Emenda Constitucional do Teto de Gastos e que a partir da consolidação da trajetória de ajuste fiscal possamos trabalhar em uma agenda que vá aumentar a produtividade da economia brasileira”, disse Meirelles a banqueiros. Segundo o ministro, na medida em que os gastos do governo comecem a cair, atingindo padrões sustentáveis, a produtividade nacional vai aumentar. “Isso vai permitir que população invista, consuma e cresça. Portanto estamos caminhando para maior equilíbrio da economia, só que isso tem que ser complementado por uma série de medidas. O foco principal será o aumento da produtividade em todas as áreas visando tornar os processos das empresas mais ágeis, fáceis e seguros.”

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/12/2016

DIÁRIO DO LITORAL
TERÇA-FEIRA,
13 DE DEZEMBRO DE 2016

11

Confira os documentos com muito cuidado

Com o cadastro das contribuições em mãos, o segurado pode conferir se todos os períodos registrados nas carteiras de trabalho ou de pagamentos por carnês foram reconhecidos pelo INSS. “Tem Cnis que vem certinho, mas é importantíssimo fazer a segunda conferência, ter uma segunda opinião”, orienta o advogado Rômulo Saraiva.

Se achar algum erro, o segurado pode solicitar

a correção ao INSS para facilitar o futuro pedido de aposentadoria. Preocupado com a reforma, o porteiro Djalma Barbosa, 55 anos, buscou o INSS na semana passada para se preparar.

“Vim fazer o levantamento do meu tempo de serviço, depois vou avaliar com um especialista qual vai ser a melhor opção no meu caso ou se terei que esperar até os 65 anos”, diz. (Folhapress)

60% são contra a aprovação do teto dos gastos públicos

Pesquisa Datafolha diz que 60% dos brasileiros são contra a aprovação da emenda constitucional que limita gastos públicos pelos próximos 20 anos. A PEC deve ser votada em segundo turno pelo Senado nesta terça (13).

Ainda de acordo com o instituto, a reprovação ao Congresso se igualou a um nível recorde: 58% consideram ruim ou péssimo o desempenho do Legislativo. Poder A10

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 13/12/2016

Segurados buscam informações no INSS sobre reforma

Foi com o intuito de fazer as contas que o engenheiro José Geraldo Andrade, 56, buscou uma agência da Previdência Social na última semana. Com a expectativa de uma reforma cada vez mais próxima, ele foi até o posto de atendimento do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para retirar o extrato do seu Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais) e contar quanto tempo já acumula de contribuição. O cadastro, que deve trazer todos os períodos trabalhados pelo segurado, vai ajudá-lo a fazer o cálculo. “Pelos minhas contas, faltam três anos para eu poder me aposentar, mas quero saber na conta deles”, afirma. “Acho que terei que pagar um pedágio”, disse o segurado, referindo-se à reforma da Previdência proposta pelo governo na PEC (proposta de Emenda à Constituição) 287. Ele está correto. Se as novas regras forem aprovadas faltando três anos para ele completar os 35 anos de contribuição exigidos hoje, ele terá que trabalhar um ano e meio a mais para poder fazer o pedido. O pedágio de 50% está previsto na regra de transição proposta pelo Planalto para os homens com mais de 50 anos e as mulheres com mais de 45.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 13/12/2016